

Serel Participações em Imóveis S.A.

CNPJ 72.712.201/0001-22

Sede: Avenida Paulista, 1.450, 8º Andar, Bela Vista, São Paulo - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Serel Participações em Imóveis S.A., relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, acompanhadas das Notas Explicativas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia registrou Lucro Líquido de R\$ 117.910 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 1.060.862 mil e Ativos Totais de R\$ 1.062.206 mil. A Assembleia deliberará quanto à

parcela do lucro líquido que será retida para preservação e manutenção do capital social. A política de dividendos da Companhia assegura o dividendo mínimo de 1% do lucro líquido aos acionistas, conforme previsto em seu estatuto social.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

São Paulo, SP, 31 de janeiro de 2018.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais

| ATIVO | 2017 | 2016 | PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 2017 | 2016 |
|--|------------------|----------------|--|------------------|----------------|
| CIRCULANTE | 483.313 | 411.121 | CIRCULANTE | 1.344 | 10.606 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa..... | 387.522 | 31.085 | Impostos e Contribuições a Recolher..... | 203 | 8.995 |
| Ativos Financeiros para Negociação..... | 35.183 | 32.059 | Dividendos a Pagar..... | 1.120 | 1.589 |
| Ativos Financeiros Disponíveis para Venda..... | 57.588 | 346.739 | Outras Obrigações..... | 21 | 22 |
| Tributos a Compensar ou a Recuperar..... | 2.171 | - | NÃO CIRCULANTE | - | 29 |
| Créditos Tributários..... | 10 | 77 | Outras Obrigações..... | - | 29 |
| Dividendos a Receber..... | 839 | 1.161 | PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 1.060.862 | 942.480 |
| NÃO CIRCULANTE | 578.893 | 541.994 | Capital Social..... | 476.000 | 390.000 |
| Realizável a Longo Prazo | - | 52.040 | Reservas de Lucros..... | 585.110 | 554.320 |
| Ativos Financeiros Disponíveis para Venda..... | - | 52.040 | Ajuste de Avaliação Patrimonial Reflexo..... | (248) | (1.840) |
| Investimentos | 578.893 | 489.954 | TOTAL | 1.062.206 | 953.115 |
| TOTAL | 1.062.206 | 953.115 | | | |

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais

| | 2017 | 2016 |
|--|-----------------|-----------------|
| RECEITAS OPERACIONAIS | 135.397 | 193.833 |
| Resultado de Equivalência Patrimonial..... | 88.261 | 122.168 |
| Receitas Financeiras Líquidas..... | 47.136 | 71.665 |
| DESPESAS OPERACIONAIS | 2.675 | 4.016 |
| Despesas Tributárias..... | 2.193 | 3.340 |
| Despesas Gerais e Administrativas..... | 482 | 676 |
| RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO | 132.722 | 189.817 |
| IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL | (14.812) | (22.582) |
| LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO | 117.910 | 167.235 |
| Número de Ações..... | 14.441.696 | 14.441.696 |
| Lucro Líquido por lote de mil ações em R\$..... | 8,16 | 11,58 |

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais

| | 2017 | 2016 |
|---|-----------------|------------------|
| Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais: | | |
| Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social | 132.722 | 189.817 |
| Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos | (88.261) | (122.030) |
| Resultado de Equivalência Patrimonial..... | (88.261) | (122.168) |
| Juros, Variações Monetárias e Cambiais, Líquidas..... | - | 138 |
| Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos | 44.461 | 67.787 |
| (Aumento)/Redução em Ativos Financeiros para Negociação..... | (3.124) | 151.607 |
| (Aumento)/Redução em Ativos Financeiros Disponível para Venda..... | 329.003 | (96.926) |
| (Aumento)/Redução em Outros Ativos..... | (643) | 8.847 |
| Aumento/(Redução) em Outras Obrigações..... | (121) | (16.777) |
| Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos..... | (12.711) | (13.746) |
| Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades Operacionais | 356.865 | 100.792 |
| Fluxo de caixa das Atividades de Investimentos: | | |
| Dividendos Recebidos..... | 1.161 | 1.035 |
| Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos | 1.161 | 1.035 |
| Fluxo de caixa das Atividades de Financiamentos: | | |
| Dividendos Pagos..... | (1.589) | (97.997) |
| Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos | (1.589) | (97.997) |
| Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa | 356.437 | 3.830 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período..... | 31.085 | 27.255 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período..... | 387.522 | 31.085 |
| Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa | 356.437 | 3.830 |

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Serel Participações em Imóveis S.A. é uma Companhia que tem por objetivo: a aquisição de imóveis para renda, não prestando quaisquer serviços a terceiros, podendo aplicar suas disponibilidades no mercado financeiro e em ações ou cotas de outras empresas, de qualquer ramo. A Companhia poderá adquirir bens móveis e imóveis para uso próprio.

A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 31 de janeiro de 2018.

2) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2017. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.

2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as políticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

A Companhia adotou a opção prevista no CPC 36 que dispensa a apresentação de demonstrações contábeis quando uma entidade é controlada de outra entidade que divulga demonstrações contábeis consolidadas e quando acionistas deliberam pela adoção dessa opção. Assim sendo, não estão sendo apresentadas demonstrações contábeis consolidadas.

2.2) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de reais.

2.3) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro rata" dia.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais

| Eventos | Reservas de Lucros | | Ajustes de Avaliação Patrimonial | | Lucros Acumulados | Totais |
|---------------------------------------|--------------------|---------------|----------------------------------|-------------|-------------------|------------------|
| | Capital Social | Legal | Estatutária | Próprias | | |
| Saldos em 31.12.2015 | 320.000 | 18.352 | 440.322 | - | - | 778.674 |
| Aumento de Capital..... | 70.000 | - | (70.000) | - | - | - |
| Lucro Líquido do Exercício | - | - | - | - | 167.235 | 167.235 |
| Ajustes de Avaliação Patrimonial..... | - | - | - | (94) | (1.746) | (1.840) |
| Destinações: - Reservas..... | - | 8.362 | 157.284 | - | - | (165.646) |
| - Dividendos Propostos..... | - | - | - | - | - | (1.589) |
| Saldos em 31.12.2016 | 390.000 | 26.714 | 527.606 | (94) | (1.746) | 942.480 |
| Aumento de Capital..... | 86.000 | - | (86.000) | - | - | - |
| Lucro Líquido do Exercício | - | - | - | - | 117.910 | 117.910 |
| Ajustes de Avaliação Patrimonial..... | - | - | - | 74 | 1.518 | 1.592 |
| Destinações: Reservas..... | - | 5.896 | 110.894 | - | - | (116.790) |
| - Dividendos Propostos..... | - | - | - | - | - | (1.120) |
| Saldos em 31.12.2017 | 476.000 | 32.610 | 552.500 | (20) | (228) | 1.060.862 |

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais

| | 2017 | 2016 |
|---|----------------|----------------|
| Lucro Líquido do Exercício | 117.910 | 167.235 |
| Ajustes de Avaliação Patrimonial..... | 1.592 | (1.840) |
| Total do Resultado Abrangente do Exercício | 119.502 | 165.395 |

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

2.4) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimentos financeiros, que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro.

2.5) Imposto de Renda e Contribuição Social

A provisão para Imposto de Renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% quando aplicável. A provisão para Contribuição Social é calculada sobre o lucro antes do Imposto de Renda, considerando a alíquota de 9%. Foram constituídas provisões para os demais Impostos e Contribuições Sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

3) INVESTIMENTO EM CONTROLADA

Representado pela participação de 92,734% na Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi no montante de R\$ 578.893, é avaliado pelo método de equivalência patrimonial e quando aplicável acrescido/deduzido de ágio/deságio a amortizar e de provisão para perdas. Para efeito do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Companhia e suas controladas e equiparadas são eliminados na medida da participação da Companhia; perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (*impairment*) do ativo transferido. Quando necessário, as práticas contábeis da controlada são alteradas para garantir consistência com as práticas adotadas pela Companhia.

4) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social está dividido em 14.441.696 ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal. Conforme disposição estatutária estão assegurados aos acionistas dividendos que correspondam, no mínimo, a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei Societária.

5) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

- a) As transações com partes relacionadas são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.
b) Remuneração do pessoal-chave da Administração: Os Administradores não recebem qualquer remuneração pelos cargos que ocupam nos Órgãos da Companhia.

6) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia tem os seus riscos gerenciados de maneira corporativa e centralizada, por área técnica especializada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

7) OUTRAS INFORMAÇÕES

- a) A Companhia, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, não possuía operações com Instrumentos Financeiros Derivativos; e
b) Não houve eventos subsequentes que requeiram ajustes ou divulgações para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2017.

A DIRETORIA

Edmar Carlos da Silva - Contador - CRC 1SP210689/O-2

Global Grain Participações Ltda.

CNPJ/MF nº 29.364.977/0001-70

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2017 (Em Reais)

| Balanco patrimonial/Ativo | 2017 | Demonstração do resultado | 2017 | Demonstrações do fluxo de caixa | 2017 |
|---|--------------------|--|--------------------|---|----------------------|
| Circulante | 2.014.620 | Receitas (despesas) operacionais: | 2017 | Fluxo de caixa das atividades operacionais: | 2017 |
| Adiantamentos a fornecedores | 2.001.605 | Despesas gerais e administrativas | (168.511) | Prejuízo do exercício | (5.719.638) |
| Impostos a recuperar | 13.015 | Despesas tributárias | (8.864) | Ajustes por itens que não afetam o caixa: | |
| Não circulante | 252.566.995 | Outras receitas e despesas operacionais, líquidas | (4.845.429) | Depreciação e amortização | (610.317) |
| Empréstimo | 71.998 | Prejuízo antes das receitas e despesas financeiras | (5.022.804) | Adiantamentos a fornecedores | (2.001.605) |
| Imobilizado, líquido | 252.494.997 | Resultado financeiro | (696.834) | Impostos a recuperar | (13.015) |
| Total do ativo | 254.581.615 | Prejuízo do exercício | (5.719.638) | Aumento (redução) dos passivos operacionais: | |
| Passivo / Circulante | 362.507 | Demonstração do resultado abrangente | 2017 | Fornecedores | 148.608 |
| Fornecedores | 148.608 | Prejuízo do exercício | (5.719.638) | Obrigações sociais e trabalhistas | 3.166 |
| Obrigações sociais e trabalhistas | 3.166 | Outros resultados abrangentes | - | Obrigações fiscais e tributárias | 294.595 |
| Obrigações fiscais e tributárias | 210.733 | Total de resultados abrangentes do exercício | (5.719.638) | Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais: | (7.898.206) |
| Passivo não circulante | 5.985.888 | Demonstração das mutações do patrimônio líquido | | Fluxo de caixa das atividades de investimento: | |
| Empréstimo | 5.902.029 | Capital social | 253.952.857 | Empréstimo | (251.884.680) |
| Obrigações fiscais e tributárias | 83.859 | Prejuízos acumulados | (5.719.638) | Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento | (251.884.680) |
| Patrimônio líquido | 248.303.220 | Constituição 04/12/2017 | 253.952.857 | Fluxo de caixa das atividades de financiamento: | |
| Capital social | 253.952.857 | Prejuízo do exercício | (5.719.638) | Empréstimo | 5.830.029 |
| Prejuízos acumulados | (5.719.638) | Saldos em 31/12/2017 | (5.719.638) | Integralização de capital | 253.952.857 |
| Total do passivo e do patrimônio líquido | 254.581.615 | | | Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento | 259.782.886 |

Hudson Carvalho Silveira - Administrador
Rodrigo Vinicius da Silva - Contador - CRC 1SP328238/O-4

As demonstrações financeiras completas, acompanhadas das notas explicativas estão à disposição dos Srs. Acionistas na sede da Companhia.

ISS e mais um capítulo conturbado

Opinião Jurídica

Irapuã Beltrão



S é certo que os deveres tributários são, em muitas ocasiões, fardos pesados de suportar, é igualmente certo que se espera que os mesmos sejam cercados da maior segurança jurídica de modo a suavizar os efeitos, ainda que minimamente, de aquele ônus. Desde os fundamentos clássicos do liberalismo e sua influência no desenvolvimento do Estado de Direito já se afirmava que “certeza” dos montantes devidos e a exigência a partir de alguma dose de comodidade ou conveniência para os contribuintes implicaria um melhor funcionamento do sistema tributário específico. Partindo destes prismas, a tributação sobre os serviços na forma concebida para o ISS

sempre apresentou um quadro oposto.

Tratado no artigo 15 pela Emenda nº 18/65, já tinha ali previsto que uma lei complementar seria editada para distinguir as atividades por ele tributadas das demais formas de exações federais ou estaduais, sendo assim praticamente repetido, sem maiores avanços, pelo texto do Código Tributário em 1966.

Mas uma das suas confusões advém com a aplicação e interpretação do Decreto-lei nº 406/68 que, sem seu artigo 12, afirmava, em regra, como local da prestação do serviço o estabelecimento do prestador. Apesar de uma clareza textual, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) chegou a afirmar que “para fins de incidência do ISS, importa o local onde foi concretizado o fato gerador, como critério de fixação de competência do município arrecadador e exigibilidade do crédito tributário, ainda que se releve o teor do artigo 12, alínea ‘a’ do Decreto-Lei nº 406/68” (EREsp 130792, julgado em 7.4.2000).

A partir daí toda sorte de confusão jurídica foi instalada para o imposto. Contribuintes criavam sedes fictícias e lá procuravam pagar o imposto; alguns municípios reduziam drasticamente as suas alíquotas como forma de atração, enquanto outros passaram a

exigir a retenção do tributo na fonte pelo tomador de serviço que estivesse situado em suas localidades; entre outras práticas que acabaram por produzir verdadeira guerra fiscal entre os municípios e um problema federativo considerável.

A Lei Complementar nº 116/2003 veio, de certa forma, procurar resolver tal aspecto de insegurança jurídica, reforçando em seu artigo 3º que o serviço se considera prestado, e o imposto, devido, no local do estabelecimento prestador. A partir de toda a insegurança jurídica que já se encontrava instalada, as turmas do STJ encontraram aí motivo para reconhecer uma mudança de critério, pacificando, com a mudança legislativa, ser devido o imposto no estabelecimento do prestador, como se ilustra no julgamento do REsp 1124862. Por outro lado, a LC 116 continua uma série de situações listadas no próprio artigo 3º em que o imposto seria devido no local da prestação de serviços.

Apesar do grande número de exceções, a maioria dos aplicadores já estava adaptada a tal cenário. O mesmo não se podia dizer dos municípios em geral, que continuavam demandando por uma outra forma de repartição de competências e,

consequentemente, das suas receitas. Isto refletiu por ocasião da Lei Complementar nº 57, em 2016, que alterou pontualmente tal dispositivo, aumentando os casos em que o imposto seria devido no local da prestação. Destacou-se aí a inclusão de novos incisos de exceção que, apesar de vetados pela Presidência da República (veto nº 52/2016) por motivos de uma alegada eficiência para os setores, foram mantidos com a derrubada do veto já no fim do mês de maio de 2017.

A insegurança jurídica continua a reinar em qualquer compreensão que se tenha sobre o imposto municipal

Das atividades alteradas algumas ganharam ainda mais destaque pela grande capilaridade em que era distribuída no território nacional, como, por exemplo, algumas atividades financeiras, administração de cartões de crédito e débito, operadoras de planos de saúde, entre outras. O grande argumento favorável a tal modificação residia justamente numa busca de uma melhor fatia do

resultado financeiro da arrecadação do tributo, partilhando com diversas edilidades; entre outros montantes arrecadados que, no formato anterior, ficaria restrito apenas aos municípios sede dos grandes estabelecimentos daqueles prestadores.

De um lado, tal aspecto pesava no caso já que se tratava de prestadores de grande porte econômico e atividade intensa. De outro, como aposto nas razões de veto, a eficiência econômica da atividade e a potencial prejudicialidade para os setores com uma mudança brusca de critério para a incidência do imposto. Desta balança de argumentos resultou a derrubada do veto presidencial. Rejeitado o veto e restabelecido as previsões modificadas pela Lei Complementar nº 57/2016 incendiou-se a confusão jurídica em face de tais prestadores de serviço que teriam que suportar tal modificação de critérios de identificação do local em que o imposto era devido.

Mas novo capítulo nessa conturbada história vem à tona por liminar monocrática do ministro Alexandre de Moraes na ADI nº 5835 para suspender dispositivos da referida lei complementar, sob o argumento de ampliação dos conflitos de competência entre

municípios e afronta ao princípio constitucional da segurança jurídica.

Para o relator, a ausência da definição do conceito de tomador de serviços, somada à edição de diversas leis municipais antagônicas sobre o tema prestes a entrar em vigor, acabará por gerar dificuldade na aplicação da lei complementar federal questionada. Isso ampliaria conflitos de competência entre unidades federadas e comprometeria a regularidade da atividade econômica dos setores atingidos.

O fim desta confusa história ainda é desconhecido de todos, sendo esperado apenas que o STF traga uma posição célere e clara para o tema. O que é de vasta sabinça é que a insegurança jurídica continua a reinar em qualquer compreensão que se tenha sobre o Imposto sobre Serviços, contribuindo para ser mais um elemento no ambíguo sistema tributário nacional.

Irapuã Beltrão é doutor em direito e professor de direito tributário

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações

Serel Participações em Imóveis S.A.

CNPJ 72.712.201/0001-22

Sede: Avenida Paulista, 1.450, 8º Andar, Bela Vista, São Paulo - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Serel Participações em Imóveis S.A., relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, acompanhadas das Notas Explicativas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia registrou Lucro Líquido de R\$ 117.910 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 1.060.862 mil e Ativos Totais de R\$ 1.062.206 mil. A Assembleia deliberará quanto à

parcela do lucro líquido que será retida para preservação e manutenção do capital social. A política de dividendos da Companhia assegura o dividendo mínimo de 1% do lucro líquido aos acionistas, conforme previsto em seu estatuto social. Colocamos-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

São Paulo, SP 31 de janeiro de 2018.

| BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais | | | | | |
|--|------------------|----------------|---|------------------|----------------|
| | 2017 | 2016 | | 2017 | 2016 |
| ATIVO | | | PASSIVO e PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | |
| CIRCULANTE | 483.313 | 411.121 | CIRCULANTE | 1.344 | 10.606 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 387.522 | 31.085 | Impostos e Contribuições a Recolher | 203 | 8.995 |
| Ativos Financeiros para Negociação | 35.183 | 32.559 | Dividendos a Pagar | 1.120 | 1.589 |
| Ativos Financeiros Disponíveis para Venda | 57.588 | 346.739 | Outras Obrigações | 21 | 22 |
| Tributos a Compensar ou a Recuperar | 2.171 | - | NÃO CIRCULANTE | - | 29 |
| Créditos Tributários | 10 | 177 | Outras Obrigações | - | 29 |
| Dividendos a Receber | 839 | 1.161 | PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 1.060.862 | 942.480 |
| NÃO CIRCULANTE | 578.893 | 541.994 | Capital Social | 476.000 | 390.000 |
| Realizável a Longo Prazo | - | 52.040 | Reservas de Lucros | 585.110 | 554.320 |
| Ativos Financeiros Disponíveis para Venda | - | 52.040 | Ajuste de Avaliação Patrimonial Reflexo | (248) | (1.840) |
| Investimentos | 578.893 | 489.954 | TOTAL | 1.062.206 | 953.115 |
| TOTAL | 1.062.206 | 953.115 | | | |

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

| DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais | | | DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO | | | | |
|--|-----------------|-----------------|---|--------------------|----------------------------------|-------------------|----------------|
| | 2017 | 2016 | Em Milhares de Reais | | | | |
| | | | Capital Social | Reservas de Lucros | Ajustes de Avaliação Patrimonial | Lucros Acumulados | Totais |
| RECEITAS OPERACIONAIS | 135.397 | 193.833 | | | | | |
| Resultado de Equivalência Patrimonial | 88.261 | 122.168 | | | | | |
| Receitas Financeiras Líquidas | 47.136 | 71.665 | | | | | |
| DESPESAS OPERACIONAIS | 2.875 | 4.016 | 320.000 | 18.352 | 440.322 | - | 778.674 |
| Despesas Tributárias | 2.193 | 3.340 | 70.000 | (70.000) | - | - | - |
| Despesas Gerais e Administrativas | 482 | 676 | - | - | - | 167.235 | 167.235 |
| RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO | 132.722 | 189.817 | | | | | |
| IMPOSTO DE RENDA e CONTRIBUIÇÃO SOCIAL | (14.812) | (22.582) | | | | | |
| LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO | 117.910 | 167.235 | | | | | |
| Número de Ações | 14.441.696 | 14.441.696 | | | | | |
| Lucro Líquido por lote de mil ações em R\$ | 8,16 | 11,58 | | | | | |

| DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais | | | | | | | |
|---|-----------------|-----------------|----------------------------------|----------------|---------------|----------------|-------------|
| | 2017 | 2016 | | 2017 | 2016 | | 2017 |
| RECEITAS OPERACIONAIS | 135.397 | 193.833 | Eventos | | | | |
| Resultado de Equivalência Patrimonial | 88.261 | 122.168 | Capital Social | 86.000 | (86.000) | - | 117.910 |
| Receitas Financeiras Líquidas | 47.136 | 71.665 | Reservas de Lucros | - | - | - | 117.910 |
| DESPESAS OPERACIONAIS | 2.875 | 4.016 | Ajustes de Avaliação Patrimonial | - | - | 74 | 1.518 |
| Despesas Tributárias | 2.193 | 3.340 | Reservas | - | 5.896 | 110.894 | (116.790) |
| Despesas Gerais e Administrativas | 482 | 676 | Dividendos Propostos | - | - | - | (1.589) |
| RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO | 132.722 | 189.817 | Saldo em 31.12.2016 | 390.000 | 26.714 | 527.606 | (94) |
| IMPOSTO DE RENDA e CONTRIBUIÇÃO SOCIAL | (14.812) | (22.582) | Aumento de Capital | - | - | - | (1.746) |
| LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO | 117.910 | 167.235 | Lucro Líquido do Exercício | - | - | - | (1.746) |
| Número de Ações | 14.441.696 | 14.441.696 | Destinações: Reservas | 8.362 | 157.284 | (94) | (1.746) |
| Lucro Líquido por lote de mil ações em R\$ | 8,16 | 11,58 | Dividendos Propostos | - | - | - | (165.646) |

| DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais | | | | | | | |
|---|-----------------|-----------------|----------------------------------|----------------|---------------|----------------|-------------|
| | 2017 | 2016 | | 2017 | 2016 | | 2017 |
| RECEITAS OPERACIONAIS | 135.397 | 193.833 | Eventos | | | | |
| Resultado de Equivalência Patrimonial | 88.261 | 122.168 | Capital Social | 86.000 | (86.000) | - | 117.910 |
| Receitas Financeiras Líquidas | 47.136 | 71.665 | Reservas de Lucros | - | - | - | 117.910 |
| DESPESAS OPERACIONAIS | 2.875 | 4.016 | Ajustes de Avaliação Patrimonial | - | - | 74 | 1.518 |
| Despesas Tributárias | 2.193 | 3.340 | Reservas | - | 5.896 | 110.894 | (116.790) |
| Despesas Gerais e Administrativas | 482 | 676 | Dividendos Propostos | - | - | - | (1.589) |
| RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO | 132.722 | 189.817 | Saldo em 31.12.2017 | 476.000 | 32.610 | 552.500 | (20) |
| IMPOSTO DE RENDA e CONTRIBUIÇÃO SOCIAL | (14.812) | (22.582) | Aumento de Capital | - | - | - | (228) |
| LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO | 117.910 | 167.235 | Lucro Líquido do Exercício | - | - | - | (228) |
| Número de Ações | 14.441.696 | 14.441.696 | Destinações: Reservas | 8.362 | 157.284 | (94) | (1.746) |
| Lucro Líquido por lote de mil ações em R\$ | 8,16 | 11,58 | Dividendos Propostos | - | - | - | (1.589) |

| DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais | | |
|---|----------------|-----------------|
| | 2017 | 2016 |
| Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais: | | |
| Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social | 132.722 | 189.817 |
| Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos | (88.261) | (122.030) |
| Resultado de Equivalência Patrimonial | (88.261) | (122.168) |
| Juros, Variações Monetárias e Cambiais, Líquidas | - | 138 |
| Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos | 44.461 | 67.787 |
| (Aumento)/Redução em Ativos Financeiros para Negociação | (3.124) | 151.607 |
| (Aumento)/Redução em Ativos Financeiros Disponíveis para Venda | 329.003 | (96.326) |
| (Aumento)/Redução em Outros Ativos | (643) | 8.847 |
| Aumento/(Redução) em Outras Obrigações | (121) | (16.777) |
| Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos | (12.711) | (13.746) |
| Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades Operacionais | 356.865 | 100.792 |
| Fluxo de caixa das Atividades de Investimentos: | | |
| Dividendos Recebidos | 1.161 | 1.035 |
| Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos | 1.161 | 1.035 |
| Fluxo de caixa das Atividades de Financiamentos: | | |
| Dividendos Pagos | (1.589) | (97.897) |
| Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos | (1.589) | (97.897) |
| Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa | 356.437 | 3.830 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período | 31.085 | 27.255 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período | 387.522 | 31.085 |
| Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa | 356.437 | 3.830 |

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

| NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais | | |
|---|--|--|
| 1) CONTEXTO OPERACIONAL | | |
| A Serel Participações em Imóveis S.A. é uma Companhia que tem por objetivo: a aquisição de imóveis para renda, não prestando quaisquer serviços a terceiros, podendo aplicar suas disponibilidades no mercado financeiro e em ações ou cotas de outras empresas, de qualquer ramo. A Companhia poderá adquirir bens móveis e imóveis para uso próprio. | | |
| A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 31 de janeiro de 2018. | | |
| 2) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS | | |
| As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2017. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão. | | |
| 2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis | | |
| As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as políticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável. | | |
| A Companhia adotou a opção prevista no CPC 36 que dispensa a apresentação de demonstrações contábeis quando uma entidade é controlada de outra entidade que divulga demonstrações contábeis consolidadas e quando acionistas deliberam pela adoção dessa opção. Assim sendo, não estão sendo apresentadas demonstrações contábeis consolidadas. | | |
| 2.2) Moeda Funcional e de apresentação | | |
| Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de reais. | | |
| 2.3) Aproximação do resultado | | |
| O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na aproximação dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente do recebimento ou pagamento. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro rata" dia. | | |

3) INVESTIMENTO EM CONTROLADA
Representado pela participação de 92,734% na Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi no montante de R\$ 578.893, é avaliado pelo método de equivalência patrimonial e quando aplicável acrescido/deduzido de ajuste/desajuste a amortizar e de provisão para perdas. Para efeito do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Companhia e suas controladas e equiparadas são eliminadas na medida da participação da Companhia, perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (impairment) do ativo transferido. Quando necessário, as práticas contábeis da controlada são alteradas para garantir consistência com as práticas adotadas pela Companhia.

4) PATRIMÔNIO LÍQUIDO
O capital social está dividido em 14.441.696 ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal. Conforme disposição estatutária estão assegurados aos acionistas dividendos que correspondam, no mínimo, a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei Societária.

5) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS
a) As transações com partes relacionadas são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.
b) Remuneração do pessoal-chave da Administração: Os Administradores não recebem qualquer remuneração pelos cargos que ocupam nos Órgãos da Companhia.

6) GERENCIAMENTO DE RISCOS
A Companhia tem os seus riscos gerenciados de maneira corporativa e centralizada, por área técnica especializada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

7) OUTRAS INFORMAÇÕES
a) A Companhia, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, não possuía operações com Instrumentos Financeiros Derivativos; e
b) Não houve eventos subsequentes que requeriam ajustes ou divulgações para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2017.

A DIRETORIA
Edmar Carlos da Silva - Contador - CRC 1SP210689/0-2

EMBRAER



EMBRAER S.A.

CNPJ/MF nº 07.689.002/0001-89

NIRE 35.300.325.761 - Companhia Aberta

Ata nº 04/2018 - Livro 006 - Reunião Ordinária do Conselho de Administração Realizada em 5 de março de 2018

Aos cinco dias do mês de março do ano de dois mil e dezoito, às nove horas, realizou-se no escritório da Embraer S.A. ("Companhia") em São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek nº 1.909, Torre Norte, 14º e 15º andares, salas 141 e 151, a Reunião Ordinária do Conselho de Administração da Companhia ("CA"), sob a presidência de Alexandre Gonçalves Silva e com a participação dos Conselheiros Sérgio Erádio de Salles Pinto, Alexandre Magalhães Filho, Cecília Mendes Garcez Siqueira, Dejarir Losnak Filho, Israel Vainboim, João Cox Neto, José Magno Resende de Araújo, Maria Leticia de Freitas Costa, Pedro Wongtschowski e Raul Calfat, que assinaram o Livro de Presença, para deliberar sobre: **1.** Proposta à Assembleia Geral Ordinária ("AGO") de aprovação do Relatório da Administração, das contas da Diretoria, das demonstrações financeiras, de destinação do lucro líquido e distribuição dos dividendos do exercício de 2017; **2.** Aumento de capital social da Companhia mediante capitalização de reservas; **3.** Proposta à AGO de verba global para os administradores para o período de maio/2018 a abril/2019; **4.** Convocação para que os acionistas se reúnam em AGO e AGE; **5.** Pagamento de juros sobre capital próprio relativo ao 1º trimestre de 2018; e **6.** Alienação de ações em tesouraria para o programa de opções de compra de ações. Dando início aos trabalhos, o Presidente esclareceu que membros do Conselho Fiscal participariam das discussões dos itens 1 e 2 da ordem do dia da reunião, em conformidade com o §3º do artigo 163 e o §2º do Artigo 166 da Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"), respectivamente. Esclareceu, também, que em conformidade com a referida lei e com o Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal manifestarem-se sobre as contas dos administradores, as demonstrações financeiras e o Relatório da Administração referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, sobre a destinação do lucro líquido do exercício, bem como a distribuição de dividendos. Em seguida, o Presidente informou aos Conselheiros que as demonstrações financeiras haviam sido auditadas pela empresa de auditoria independente PricewaterhouseCoopers, encontrando-se presente seu representante, o Sr. Valdir Augusto de Assunção. Com a concordância de todos os membros do Conselho de Administração, foi dispensada a leitura da referida documentação, considerando que esta já havia sido distribuída com antecedência a todos os Conselheiros. Discutidos os documentos e prestados os esclarecimentos solicitados e, considerando os pareceres favoráveis emitidos pelo Conselho Fiscal, pelo Comitê de Auditoria e Riscos e pelos auditores independentes, o Conselho de Administração decidiu, por unanimidade, submeter aos acionistas o Relatório da Administração, as contas da Diretoria, as demonstrações financeiras, a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos. Após, o Conselho aprovou a divulgação do Relatório da Administração, das demonstrações financeiras e do parecer dos auditores independentes. Em seguida, foi apresentada a proposta da diretoria de aumento do capital social da Companhia no valor de R\$ 370.000.000,00 (trezentos e setenta milhões de reais), mediante a capitalização de parcela do saldo da reserva para investimento e capital de giro, sem emissão de novas ações e sem modificação do número de ações ("Aumento de Capital"), para adequar o saldo de reservas aos limites de reservas previstos no Artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações e no estatuto social da Companhia tendo em vista a destinação do lucro líquido prevista nas demonstrações financeiras. Depois de ouvidos os membros do Conselho Fiscal, que se manifestaram favoravelmente acerca da proposta da diretoria, o Conselho de Administração aprovou, por unanimidade, nos termos do artigo 7º, parágrafo 2º do estatuto social e dentro do limite de capital autorizado, o Aumento de Capital nos termos da proposta da diretoria, passando o capital social da Companhia de R\$4.789.617.052,42 (quatro bilhões, setecentos e oitenta e nove milhões, seiscentos e dezessete mil, cinquenta e dois reais e quarenta e dois centavos) para R\$5.159.617.052,42 (cinco bilhões, cento e cinquenta e nove milhões, seiscentos e dezessete mil, cinquenta e dois reais e quarenta e dois centavos). A correspondente alteração ao estatuto social da Companhia será proposta à assembleia geral extraordinária oportunamente. Dando prosseguimento à reunião, o CA aprovou, por unanimidade, as seguintes matérias: Item 3, a submissão aos acionistas de proposta de fixação do montante global anual da remuneração dos administradores e integrantes dos comitês do Conselho de Administração para o período de maio/2018 a abril/